

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE SAUDE E TECNOLOGIA RURAL
CAMPUS DE PATOS – PB
CURSO DE MEDICINA VETERINARIA

MONOGRAFIA

**O PERFIL PRODUTIVO E EDUCACIONAL DO ASSENTAMENTO MARIA PAZ
NO MUNICIPIO DE SÃO JOSÉ DE ESPINHARAS – PB**

Dilane Borinato Batista

2007



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE SAUDE E TECNOLOGIA RURAL
CAMPUS DE PATOS – PB
CURSO DE MEDICINA VETERINÁRIA

MONOGRAFIA

**O PERFIL PRODUTIVO E EDUCACIONAL DO ASSENTAMENTO MARIA PAZ
NO MUNICIPIO DE SÃO JOSÉ DE ESPINHARAS – PB**

Dilane Borinato Batista

Graduanda

Prof. Dr. Edísio Oliveira de Azevedo

Orientador

Patos – PB

Julho de 2007



Biblioteca Setorial do CDSA. Junho de 2022.

Sumé - PB

FICHA CATALOGADA NA BIBLIOTECA SETORIAL DO
CAMPUS DE PATOS - UFCG

B726r
2007

Batista, Dilane Borinato.

O Perfil produtivo e educacional do assentamento Maria Paz no
Município de São José de Espinharas - PB. / Dilane Borinato Batista. –
Patos: CSTR/UFCG, 2007.

40p.

Inclui bibliografia.

Monografia (Graduação em Medicina Veterinária) – Centro de Saúde e
Tecnologia Rural, Universidade Federal de Campina Grande.

1 - Extensão Rural - Monografia. I – Título.

CDU: 63.001.8

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE SAÚDE E TECNOLOGIA RURAL
CAMPUS DE PATOS – PB
CURSO DE MEDICINA VETERINÁRIA

DILANE BORINATO BATISTA

Graduanda

Monografia submetida ao Curso de Medicina Veterinária como requisito parcial para
obtenção do grau de Médico Veterinário

ENTREGUE EM: 27/07/07

MÉDIA: 10,0

Edisio Azevedo
Prof. Dr. Edisio Oliveira de Azevedo
ORIENTADOR

10,0
Nota

Márcia Almeida de Melo
Prof(a). Dra. Márcia Almeida de Melo
EXAMINADOR I

10,0
Nota

Sônia Corrêa Assis da Nóbrega
Prof(a). Dra. Sônia Corrêa Assis da Nóbrega
EXAMINADOR II

10,0
Nota

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela força divina inexplicável dada nos momentos de fraqueza.

A minha mãe, por ter abdicado de parte de sua vida, todos esses anos, para que eu pudesse realizar esse sonho e por ter muita influência na conduta de minha vida. Obrigada pelo amor, pelos conselhos e pelo empenho em sempre me manter no caminho certo. Nunca vou esquecer a ajuda que tem me dado, principalmente para que o término deste trabalho fosse possível. Amo você demais.

A meu pai, pela dedicação e esforço para que esse sonho fosse concretizado, por me ensinar que devemos sempre ajudar o próximo e que a humildade é fundamental para vencer na vida. Amo você demais.

A meu irmão Danilo, que mesmo nos muitos momentos de ausência mostrou uma preocupação e zelo pelas minhas escolhas. Amo você demais.

A meu marido, Valdivan, por ser todos esses anos mais que um marido, se tornando meu amigo e cúmplice. Agradeço por tudo que já construímos em nossa vida e por ficarmos sempre juntos em tudo e em todos os momentos. Obrigada também por ter me dado de presente à coisa mais linda deste mundo, que é nossa filha, Júlia. Ainda te agradeço, pela ajuda incondicional na construção deste trabalho, sem você eu não teria conseguido. O amor que sinto por você é inexplicável.

A minha filhotinha, Júlia, por ter entrado em minha vida de forma tão mágica e por eu ter a oportunidade de passar por todos os desafios de ser mãe. Desculpa pela ausência na finalização deste trabalho, mas é pensando em você que ganho forças para concluí-lo. Eu te amo demais filha.

A Vanessa, por ser mais que uma cunhada, pois muitas vezes foi a irmã que não tive, por todo o cuidado na época que estava esperando bebê e principalmente pela força na construção deste trabalho. Tenho um enorme carinho por você. Eu te adoro.

A Hercules, meu cachorro e Chicão, meu gato, pelas horas de companheirismo na madrugada, quando estudar neste turno era de extrema necessidade. Adoro vocês.

A Dandy, Duquesa, Samantha, Ives, Tiffany, Bilú, Sacha e Rubi (todos *in memoriam*), por me ensinar a tratar todos os animais com carinho e fazer o possível para que sobrevivam, tratando-os como se fossem meus. Vocês deixaram muita saudade.

A meus amigos e companheiros, Paulo e Rita, Perla, Carlos Magno, Rafael, José Adriano, Cícero, Conceição(Ceça), Andreey e Ítalo, por tudo que vivemos de maravilhoso no movimento estudantil, por todas as conquistas e pelos desabafos na hora que fracassávamos. Vocês vão ficar sempre no meu coração.

A todos da minha turma, por tudo que vivemos e aprendemos ao longo da graduação, principalmente a Marielle, Cristina e Clarisse. Eu adoro vocês.

A minhas amigas, Stéphanie Morgantini, Hindira e Ana Raquel por tudo que passamos juntas, pelas alegrias e tristezas ao longo do curso, mas acima de tudo sem nunca deixar a mão amiga de lado. Amo vocês três.

A meus queridos vizinhos, Davi e Franciel, pela amizade e apoio nos momentos de crise e fraqueza e pelos inesquecíveis momentos de alegria que vivemos nas casas do conjunto vapor, no Jatobá. Já sinto muita saudade.

A meu orientador, Edísio, pela paciência e compreensão diante de minhas falhas, por me dado a oportunidade de enxergar a pessoa humana que existe dentro de uma carapaça tão rígida. O que aprendi nos projetos de extensão vão influenciar para sempre minha vida.

Aos professores da UFCG, principalmente Otávio B. Sampaio, Sônia Corrêa, Carlos Peña e Rosane Trindade por ter sido mais que meus professores, foram meus amigos. Obrigada pelos conselhos, por ter a oportunidade de conhecer os bastidores da UFCG e principalmente pelos ensinamentos que nunca dentro de sala de aula seria possível conhecer. Agradeço também a Otávio Brillhante, por ter me ensinado a conviver com as diferenças e pelas horas a fio de conversa na época das reuniões da câmara superior de ensino em Campina Grande. Nunca esquecerei de vocês.

A meus amigos e companheiros dos movimentos sociais, principalmente o MST, por todas as conquistas e obstáculos enfrentados ao longo desses cinco anos de curso. Vocês estão no meu coração.

Aos funcionários da UFCG, principalmente a Tereza, Celinha, Damião, Galega, D. Socorro, Corrinha, Quitéria, Inês, Marcone, Sr. Duda, Clidemar, Osvaldo, Jeroan, Lurdinha e Ana Bem Vinda, por todo empenho e dedicação na execução dos trabalhos e disponibilidade para trabalhar e apoiar alguns eventos do Movimento Estudantil.

A todos que contribuíram direta e indiretamente na minha vida de graduanda e foram fundamentais para conclusão deste trabalho.

Muito obrigada!!!!

A Júlia, minha vida.

SUMÁRIO

	Pág
LISTA DE TABELAS	
LISTA DE FIGURAS	
LISTA DE GRÁFICOS	
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	
RESUMO.....	i
ABSTRACT.....	ii
1. INTRODUÇÃO.....	01
2. REVISÃO DE LITERATURA.....	02
2.1 <i>Questão Agrária</i>	02
2.2 <i>Reforma Agrária no Brasil</i>	05
2.3 <i>Os Movimentos Sociais no Campo</i>	07
2.4 <i>Reforma Agrária na Paraíba e o MST</i>	09
2.5 <i>O Desenvolvimento da Agricultura e Pecuária</i>	10
2.6 <i>Os Alimentos na Agricultura Familiar</i>	12
2.7 <i>Plano de Desenvolvimento de Assentamento</i>	12
2.8 <i>Educação no Campo</i>	13
3. MATERIAL E METÓDOS.....	14
3.1 <i>Caracterização da Área</i>	14
3.2 <i>Meio Natural</i>	16
3.3 <i>Infra-Estrutura e Benfeitorias</i>	18
3.4 <i>Plano de Desenvolvimento de Assentamento</i>	19
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	20
4.1 <i>Perfil Social</i>	20
4.2 <i>Perfil Educativo</i>	24
4.3 <i>Perfil da Produção Agropecuária</i>	27
5. CONCLUSÕES.....	34
6. RECOMENDAÇÕES.....	35
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	36

LISTA DE TABELAS

	Pág
Tabela 1. Informações gerais da área do assentamento Maria Paz.....	15
Tabela 2. Dados da quantidade e percentual das famílias do assentamento Maria Paz, de acordo com a zona (rural e urbana) e origem.....	20
Tabela 3. Dados da quantidade e percentual por faixa etária dos agricultores que estudam e não estudam no assentamento Maria Paz.....	25
Tabela 4. Percentual do grau de escolarização por faixa etária do assentamento Maria Paz.....	26
Tabela 5. Dados do sistema integrado de culturas agrícolas e criação animal no assentamento Maria Paz.....	28
Tabela 6. Quantidade de animais no assentamento e a média por família segundo a espécie animal, no assentamento Maria Paz.....	30

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1** – Mapa de localização do município de São José de Espinharas-PB.....16
- Figura 2** – Construção das casas no sistema de agrovila.....19
- Figura 3** – Curral coletivo do assentamento Maria Paz.....19

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Percentual dos agricultores assentados no assentamento Maria Paz provenientes da zona rural e urbana.....	21
Gráfico 2 – Dados quantitativos da população masculina e feminina do assentamento Maria Paz.....	22
Gráfico 3 – Percentual aproximado da população economicamente ativa do assentamento Maria Paz.....	22
Gráfico 4 – Número de assentados que recebem incentivos do governo federal no assentamento Maria Paz.....	24

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CFP: Conselho Federal de Psicologia

CNDRS: Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável

CONTAG: Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

COOPTECARA: Cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos dos Assentados da Reforma Agrária.

CPT: Comissão Pastoral da Terra

EMATER: Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCRA: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INEP: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais

ITR: Imposto Territorial Rural

MAB: Movimento dos Atigidos por Barragens

MASTER: Movimentos dos Agricultores Sem-Terra

MEC: Ministério de Educação e Cultura

MMTR: Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais

MPA: Movimento dos Pequenos Agricultores

MST: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra

PDA: Plano de Desenvolvimento do Assentamentos

PNAD: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PNDRS: Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável

PROCERA: Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária

PRONAF: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

SEBRAE: Serviço Brasileiro de Apoio as Empresas

BATISTA, DILANE BORINATO. O perfil produtivo e educativo do assentamento Maria Paz localizado no município de São José de Espinharas, Paraíba, Brasil. Patos, UFCG. 2007. 40p. (Defesa de monografia para obtenção do grau de Médica Veterinária).

RESUMO

O trabalho em questão procurou analisar o perfil produtivo e educativo de quarenta famílias assentadas no Médio Sertão Paraibano, fazendo uma análise da realidade interna do assentamento. Para tanto, foi selecionado um projeto de assentamento, denominado de Maria da Paz, localizado no município de São José de Espinharas-PB, objeto de um Plano de Desenvolvimento de Assentamento (PDA), realizado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), como primeiro diagnóstico da realidade das famílias assentadas. Com os dados, foram criados indicadores que serviram de subsídios para posterior análise. Estes indicadores foram classificados em sociais básicos e produtivos. O primeiro indicador procurou retratar os números demográficos do assentamento, a origem das famílias, o nível de escolaridade, entre outros. O segundo, indicadores de desenvolvimento agropecuário, abordando o desempenho e características do sistema produtivo agrícola e pecuário, bem como a existência de suporte financeiro. Os resultados apontam que o projeto de assentamento reflete os mesmos problemas sociais de outros assentamentos brasileiros e mantém a mesma lógica de produção.

Palavras – chave: Assentamento, Plano de Desenvolvimento de Assentamento, Reforma Agrária.

BATISTA, DILANE BORINATO. The productive and educative profile of the Maria Paz Settlement located in the city of São José de Espinharas, Paraíba, Brazil. Patos, UFCG. 2007. 40p. (Monograph for purpose to obtain the degree of graduate in Veterinary Medicine).

ABSTRACT

The purpose of this work was to analyze the productive and educative profile of forty families from a rural settlement, called Maria Paz, located in the city of São José de Espinharas, semi-arid region at the State of Paraíba, Brazil. The research made an analysis of the true situation and problems of the settlement. The data were collected from the Plan of Settlement Development made by the National Institute for Colonization and Agrarian Reform (INCRA) as the first information of the reality of the settled families. The document has all social and production information from the settlement which attempted to evaluate the number of settled people, nuclear family, schooling level, performance of the agricultural and herd productive system, as well as financial support. The results propose that the settlement reflects the same social problems of other Brazilian settlement and keeps the same logical production.

Key – words: Settlement, Plan of Settlement Development (PDA), Agrarian Reform

1 INTRODUÇÃO

O problema agrário brasileiro tem origem desde a época do descobrimento. Naquela época, o modelo de ocupação foi a divisão das 12 capitanias hereditárias doadas pelas famílias “nobres” que exerciam pleno poder sobre o território e como o próprio nome diz, as capitanias foram passadas de pai para filho mantendo durante anos as famílias no poder. Os que não dispunham de tanto recurso, não conseguiam adquirir um pequeno pedaço de terra. Desta forma, inicia o processo de concentração de terras, marcando até os dias de hoje, a relação latifúndio-minifúndio. Mais tarde, no início do século XX, o Brasil enfrenta o processo de industrialização e enfatiza as distorções sociais e econômicas existentes, deixando a maioria da população brasileira vivendo em condições precárias.

As gerações mais recentes foram educadas para crer que a desigualdade social seria reduzida e os problemas sociais chegariam ao fim se ocorresse no Brasil o crescimento econômico. Durante anos, as questões sociais foram colocadas em segundo plano para que em curto prazo, todos os entraves que impossibilitassem esse crescimento fossem analisados e superados, acreditando que nos levaria mais rápido à situação de país desenvolvido e rico. Na maioria dos países desenvolvidos a concentração de terra foi corrigida para garantir a aceleração da produção primária. No Brasil, com a promulgação da lei de terras de 1850, o objetivo era dificultar o acesso à terra pelos quilombolas e produtores independentes.

No Brasil, são inúmeras as pesquisas voltadas para o diagnóstico da realidade interna dos assentamentos rurais, todavia a análise dos dados obtidos e o que eles representam, muitas vezes, não são dados muita importância. Atualmente, analisar a reforma agrária significa enxergá-la por vários ângulos, entendendo que viver sem ter os direitos básicos de um ser humano, significa ser um excluído, característica central do capitalismo. No momento que o homem ou a mulher do campo conquista a terra, passa da condição de excluído para condição de trabalhador, tendo a oportunidade de melhorar as condições de vida da sua família. A agricultura traz renda para o assentamento e, conseqüentemente, possibilita o acesso à moradia, saúde, educação e cultura, requisitos mínimos para uma vida digna.

No Brasil, a instituição responsável pelo cadastramento das propriedades rurais, recolhimento do Imposto Territorial Rural – ITR, avaliação de terras para desapropriação e coordenação das ações de implantação de assentamentos, é o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. Por não possuir assistência técnica, o INCRA

contrata outras entidades para o desenvolvimento do Plano de Desenvolvimento de Assentamento – PDA.

A esperança de tudo que foi elaborado neste trabalho é que o mesmo possa dar subsídios para uma análise mais aprofundada da produção e serviços sociais básicos, colaborando com o processo social emancipatório e desenvolvimento sustentável do assentamento.

É neste sentido, que o presente trabalho tem como objeto mostrar o perfil educacional e produtivo dos assentados do Projeto de Assentamento Maria Paz, localizado no município de São José de Espinharas, Paraíba.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 Questão Agrária

O Nordeste é uma região brasileira cujo território ocupa área de 1.660.359 km², o equivalente a 19,5% do território nacional. Essa imensidão de território possui uma paisagem sensivelmente marcada pelo clima, que se manifesta através do regime pluvial e da vegetação, o que provoca uma distinção clara entre zona da mata, agreste, sertão e meio-norte. Dessa diversidade climática surgiram, no período colonial, dois sistemas agrários distintos: o Nordeste da cana e o Nordeste do gado (ANDRADE, 1998).

O sertão é a área mais extensa do Nordeste, ocupando 49% da região. Possui clima semi-árido, quente e seco. As temperaturas médias anuais variam de uma estação a outra, situando-se em torno dos 25C^o, com amplitude térmica anual inferior a 5C^o. Ocupa parte do Piauí, quase que totalmente os territórios do Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba, grande parte dos Estados de Pernambuco e Bahia e pequena área de Alagoas, Sergipe e Minas Gerais (ANDRADE, 1998).

O Estado da Paraíba está situado na parte oriental do Nordeste brasileiro, entre os meridianos de 34° 45' 54" e 38° 45' 45" de longitude oeste e os paralelos de 6° 2' 12" e 8° 19' 18" de latitude sul, ocupando uma área de 56.372 km². A microrregião de Patos está situada na porção central do Estado da Paraíba, integrante da Mesoregião do Sertão Paraibano, em terras que correspondem à Bacia do Rio Espinharas. Com seus 2.843,5 km², a área em foco ocupa 4,4% da superfície total do espaço paraibano (56.372 km²) e abrange nove municípios: Areia de Baraúna, Cacimba de Areia, Mãe D'água, Passagem, Patos,

Quixaba, São José de Espinharas, São José do Bonfim e Santa Terezinha (OLIVEIRA et al., 2006).

TARGINO & MOREIRA (2000) contextualiza regionalmente o Estado da Paraíba situado nas últimas décadas, entre os Estados do Nordeste que apresentam as maiores taxas de decréscimo da sua população rural, quando não na liderança do processo, a exemplo da década passada e da atual. A economia paraibana tem um pequeno peso no contexto da economia nacional. A contribuição da economia estadual para a formação do PIB brasileiro situa-se em torno de 1%. Ao longo das últimas décadas não houve modificação substancial dessa posição. Já no quadro da economia regional, a Paraíba ocupa uma situação intermediária, ao lado do Rio Grande do Norte e de Alagoas, participando na formação do PIB regional com 6,3% na década de setenta, com 5,7% nos anos oitenta e com 6,4% entre 1990 e 1995.

Nas últimas décadas intensificou-se o êxodo rural na Paraíba, como de resto em todo o Nordeste. Chama a atenção a agudização do processo durante a presente década, quando, à exceção da microrregião de João Pessoa, todas as demais apresentam taxas negativas de crescimento da sua população rural razoavelmente elevadas, em particular, aquelas incluídas nas mesorregiões da Borborema e do Sertão Paraibano (TARGINO & MOREIRA, 2000).

Ainda TARGINO & MOREIRA (2000) analisou que o setor agropecuário sofreu modificações profundas onde contribuía com cerca de 40% do PIB estadual no início dos anos setenta, ter passado a contribuir com menos de 20% em 1995. Dentre as mudanças recentes levadas a efeito na organização agrária do Estado com repercussões mais fortes sobre a dinâmica da população rural enumeram-se: a crise da atividade canavieira com a crise da economia açucareira, o desmantelamento da produção algodoeira devido a praga do bicudo, a retração da pecuária provocada pelas estiagens que se contrapuseram à expansão das áreas de pastagem, a organização e luta dos trabalhadores por terra e melhores condições de trabalho e salário. Atuando no sentido de atenuar a migração de origem rural dois fatores são evidenciados: as migrações sazonais de trabalhadores do Agreste e as conquistas obtidas pelos trabalhadores na sua “luta pela terra” que no período de 1991 a 1996 conseguiu assentar 4.115 famílias em 54 Projetos de Assentamento.

Uma das áreas mais atingidas pela seca no Estado da Paraíba é o sertão, região onde está localizado o município de São José de Espinharas.

A microrregião de Patos, a qual tem uma população de aproximadamente 118.000 habitantes, representando 3,4% da população da Paraíba (IBGE, 2000), polarizada pela cidade de Patos como a mais importante da região, destacando-se como centro de comercialização e prestação de serviços (IBGE, 2000).

Segundo notas históricas, em 1826, o Comandante José Raimundo Vieira, natural de Icó, Estado do Ceará, adquiriu do Barão de Ipanema uma sesmaria com seis léguas quadradas, encravada no planalto da Borborema, instalando a Fazenda São José e construindo a primeira residência do atual município, conhecida como Casa Grande. O Sr. José Raimundo e sua mulher Clemência Sutero de Melo ali passaram a residir, nascendo uma filha única. Mais tarde, Miguel Sátyro de Souza, Cavaleiro da Ordem Imperial de Portugal, veio a se casar com a filha do fundador, fixando-se às margens do rio Espinharas, juntamente com seu irmão Aquiles Sátyro, tornando assim parte dos retalhos históricos do que hoje é São José de Espinharas. Na formação administrativo do município, a sua criação se deu em 26 de dezembro de 1961 pela Lei Estadual n.º 2.697 foi desmembrado de Patos. Desde sua criação até a presente data, o Município figura apenas com o Distrito Sede instalado em 30 de dezembro de 1961. (TRIGUEIRO, 2000)

TRIGUEIRO (1999) registrou que São José de Espinharas é um município localizado no sertão da Paraíba, no semi-árido, distante 325 km de João Pessoa, a capital do Estado e 28 km de Patos, município que polariza a Microrregião das Espinharas. É um município de forte influência agrícola e constantemente sujeito a grandes secas. Em 1987, o município tinha uma população de 8.446 habitantes, sendo 584 na área urbana, correspondente a 6,30% da população e 7.917 habitantes na área rural, o equivalente a 93,70% da população. (IBGE, 2000). Em 1998 a população de São José de Espinharas chegava a 5.198 habitantes, 3.773 na área rural, correspondendo a 72,6% e 1.425 na área urbana o equivalente a 27,4%. Nos últimos anos houve uma diminuição populacional no município, fato que vem ocorrendo em toda região atingida pela seca, deslocando a população rural para outras regiões a procura de uma melhor qualidade de vida. Esta migração - a grande maioria - continua sendo para a região Sudeste principalmente para o Estado de São Paulo. O IBGE (2000) estima que cerca de 140 mil paraibanos deixaram o Estado na seca de 1998.

2.2 Reforma Agrária no Brasil

Para SAMPAIO & G. FILHO (1999) focar a “questão agrária” adequadamente, é preciso ver a reforma agrária como uma decisão política do Estado para solucionar uma “questão agrária”, que entrava o desenvolvimento da Nação. Diz-se que o desenvolvimento de um país está entravado por uma “questão agrária” quando a trama das relações econômicas, sociais, culturais e políticas no meio rural produzem uma dinâmica perversa que bloqueia tanto o esforço de aumentar a produção e a produtividade, como as tentativas de melhorar o nível de vida da população rural e sua participação ativa no processo político democrático. Esta dinâmica perversa é resultante de uma cadeia causal que deriva, em última instância, da concentração da propriedade da terra, porque é esta que determina a concentração do poder econômico e do poder político, criando estruturas de sujeição da população rural e gerando uma cultura incompatível com um tipo de exploração racional da terra compatível com o desenvolvimento nacional.

SAMPAIO & G. FILHO (1999) define então funções básicas da reforma agrária como política pública:

- Redistribuir renda, riqueza e poder no campo, de modo a criar um clima sócio-econômico e cultural propício ao desenvolvimento equilibrado da exploração dos recursos agrícolas e florestais do país;
- Criar escassez relativa de força de trabalho em toda a economia, a fim de forçar aumentos de remuneração dos assalariados;
- Aumentar exponencialmente a produção de alimentos, a fim de sustentar uma demanda várias vezes superior à atual – resultado automático de um processo efetivo de distribuição de renda;
- Viabilizar a agricultura familiar, mediante formação de assentamentos e apoio técnico, financeiro e comercial (preços) às milhões de unidades familiares já existentes.

Tais funções só poderão ser cumpridas se a intervenção estatal corretiva atingir uma certa massa crítica. Caso contrário, como se viu com a experiência dos projetos de "desenvolvimento rural integrado", patrocinados pelo Banco Mundial, o mercado drenará rapidamente para as mãos dos segmentos que exploram a população rural (latifundista, compradores atacadistas, comerciantes locais, agiotas), os recursos que o Estado colocar diretamente nas mãos dos mais pobres. Se não destruir essa estrutura de poder e substituí-la

por outra, os assentamentos serão sempre uma espécie de dentes postiços, sem nenhum efeito real no desenvolvimento. Nesse contexto, a reforma agrária deverá ser uma intervenção deliberada do Estado com a finalidade de corrigir defeitos da nossa estrutura fundiária (SAMPAIO & G. FILHO, 1999).

ALBUQUERQUE et al (1997) revisam que nas últimas décadas, os programas de colonização, regularização fundiária e de desapropriação, foram as formas tradicionais utilizadas para enfrentar a questão do acesso à terra no Brasil. Essas formas de acesso à terra são elaboradas para atender às pressões sociais e políticas do que visando obter um desenvolvimento rural duradouro. Hoje, em um momento em que a demanda por terra exige uma política agrária muito mais criativa e efetiva, novas formas de acesso à terra têm sido propostas, tais como o arrendamento, o leilão de terras e o crédito fundiário. Contudo, VEIGA (2002), registra que no caso do Brasil não seja assim tão original e tenha que seguir o exemplo dos países que já conseguiram se desenvolver, e que teria de arranjar uma maneira de desafogar os minifundistas e oferecer-lhes a oportunidade de ser agricultores familiares viáveis, transformar agricultores familiares em proprietários, oferecer terra aos filhos dos pequenos proprietários, ou seja, que a política tenha como direção central o fomento e o apoio a agricultura familiar camponesa, todavia, pode ser que não necessariamente a reforma agrária acabe se tornando inevitável, talvez a sociedade brasileira continue apegada ao modelo de crescimento extensivo e socialmente desarticulado fazendo com que o Brasil nunca venha a ser um país realmente desenvolvido.

Além da questão da democratização do acesso à terra e da luta contra a concentração de propriedade e de renda no campo, WEISSHEIMER (2006) chama a atenção para um dos aspectos centrais dessa nova geração de lutas: a crítica e o combate à apropriação privada de recursos naturais por parte do modelo agroexportador. Nessa agenda constam o reconhecimento da biodiversidade, a defesa dos usos sociais da biodiversidade, a luta pelo acesso aos recursos genéticos (que também estão sob ameaça de privatização), defesa do acesso à água e luta contra privatização dos recursos hídricos, defesa do patrimônio genético e dos saberes tradicionais. Uma agenda, portanto, que se choca frontalmente com a lógica do modelo agroexportador hegemônico que conhecemos.

MELGAREJO (2000) relacionando o Desenvolvimento à Reforma Agrária, destacou os projetos de assentamento como o principal instrumento adotado pelo governo federal, para dinamização de regiões e populações rurais marginalizadas, demonstrando que as dimensões sócio-econômicas envolvidas conferem importância estratégica à performance

dos assentamentos, aspecto que não tem sido trabalhado de forma sistemática por atores relevantes à sua realização, nem é suficientemente esclarecido pela bibliografia especializada.

MELGAREJO (2000) A necessidade de uma política de reforma agrária explica a emergência de diversos movimentos de luta pelo acesso a Terra, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), do Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR) e de tantas outras organizações populares que reivindicam o acesso dos agricultores pobres, com ou sem terra, aos benefícios da modernidade. As mesmas razões explicariam a solidariedade de setores da igreja e os fundamentos de doutrina cristã, em que se apóiam aquelas organizações, desde sua criação. A singularidade do MST, relativamente a movimentos similares verificados em toda a América Latina, estaria no fato de que sua luta não se esgota no momento da aquisição de terras, estendendo-se através da constituição de diferentes formas de cooperação, articuladas entre si, com famílias já assentadas contribuindo (inclusive financeiramente) para a obtenção de novas áreas, para a organização de novos assentamentos, e para o fortalecimento de outras formas de organização popular.

2.3 Os movimentos sociais no campo

Os movimentos sociais em nível de Brasil se deram no período da escravidão, sendo portanto, um espelho para os outros movimentos futuros. Dentre outros BARBOSA (1999) destaca Canudos, ocorrido no final do século XIX, na Bahia; vários movimentos rurais ocorridos a partir da década de 40, como por exemplo: Trombas e Formoso (GO), o Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER – RS) e as Ligas Camponesas, no Nordeste. Todos esses movimentos se detiveram na luta pela terra e pela reforma agrária. Foram lutas de trabalhadores rurais contra o poder constituído dos coronéis e proprietários de terras (latifundiários).

A última ditadura militar (1964-1985) teve no latifúndio um de seus sustentáculos mais importantes. Durante esse período, o Estado foi amplamente utilizado para a contra-reforma agrária: para a expulsão dos camponeses, posseiros, arrendatários ou pequenos proprietários, para a concentração da propriedade, para a repressão a qualquer sinal de resistência, para a implantação da monocultura e para a manutenção do latifúndio. Após os primeiros anos de perseguição, prisão e assassinato de lideranças camponesas, no país todo

começaram a surgir sinais de resistência e de retomada da luta pela terra. Ao longo dos anos 70, apesar da violência dos pistoleiros, dos jagunços, das polícias locais, a luta pela terra cresce e se espalha (CFP, 2004). Entretanto, mesmo durante o Regime Militar, alguns trabalhadores rurais davam seqüência, ainda que de forma clandestina. Foram nesses encontros que os trabalhadores rurais que lutavam pela terra e eram despejados, ficando à margem das estradas e, conseqüentemente, sem terra e de outros trabalhadores que da mesma forma ficaram marginalizados devido a construção das grandes hidrelétricas, como a de ITAIPU, se uniram, resultando no surgimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem- Terra (MST), em Encruzilhada Natalina no Rio Grande do Sul em 1984 (BARBOSA, 1999).

No início, a partir das comunidades de base no campo, com o apoio da Igreja Católica Romana e logo depois com organizações autônomas, que optaram pela retomada dos sindicatos de trabalhadores rurais ou pela constituição de movimentos de luta pela democratização da propriedade no campo brasileiro. Dentro dos marcos destes movimentos é que o MST na região sul do país, no princípio dos anos 80, denunciando a grande propriedade rural e realizando a sua contestação através da ação prática: a ocupação planejada de latifúndios por dezenas ou centenas de famílias organizadas. Essa ação atinge em cheio o conceito ideológico central das elites nacionais: o da inviolabilidade sagrada da propriedade privada da terra. Nesse conceito, a terra é vista como fonte de poder e privilégio, como “coisa” a ser negociada e como capital, nunca como um bem a serviço da sociedade (CFP, 2004; MORISSAWA, 2001).

Ao longo destes últimos 20 anos, o MST cresceu, se organizou e se espalhou por todo o território nacional. No seu processo de crescimento, constituiu instâncias locais, regionais e nacionais para dar conta das inúmeras tarefas que surgiam com a evolução da luta pela terra. Assim, criou suas instâncias de direção bem como setores: cooperativas, saúde, educação, direitos humanos, formação, gênero, relações internacionais, jurídico etc. Constituiu também entidades que viabilizam parcerias com universidades, escolas técnicas, escolas de ensino fundamental e médio, igrejas, ONG's, administrações populares, sempre tendo em vista a democratização do acesso à terra e a criação dos serviços indispensáveis à vida das comunidades camponesas e das futuras gerações (CFP, 2004).

Embora tenha construído um sistema organizativo complexo e amplo, de abrangência nacional, o MST tem como princípio básico o respeito à autonomia das comunidades locais e ao seu protagonismo.

DAVID et al (1998) salienta que o processo de democratização e o retorno ao regime civil propiciaram um clima favorável ao ressurgimento das reivindicações em torno da reforma agrária. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) e a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) puderam, desde essa época e até hoje, aumentar significativamente suas representatividades. A mudança de regime foi acompanhada pelo lançamento de um ambicioso programa de reforma agrária (o Primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária), que previa beneficiar mais de 1 milhão de agricultores sem terra mediante desapropriações essencialmente no Centro-Sul do país.

Os governos desde Sarney fixaram metas de assentamentos de famílias com números ousados como de 1,4 milhão de famílias, mas os beneficiários efetivamente nunca se aproximaram sequer destas metas com verdadeiras interrupções no processo de desapropriações, além de centralizarem as desapropriações em regiões do país que não se contrapusessem aos conflitos agrários presentes, com um último agravante, os dados do total de famílias beneficiadas, das estatísticas institucionais, incluem as regularizações de títulos e não necessariamente assentamentos de famílias por desapropriações, como forma de desconcentração da posse da terra (DAVID et al, 1998).

2.4 Reforma Agrária na Paraíba e o MST

MORISSAWA (2001) relata que foi após o 1º Congresso Nacional dos Sem-Terra que a delegação paraibana retornou ao Estado disposta a fundar o MST local. Em abril de 1989, 200 famílias ocupam a fazenda Sapucaia, em Bananeiras, e os jagunços da propriedade reagem a tiros, chegando a matar uma criança. Esse fato teve grande repercussão negativa na mídia. Neste mesmo ano, SILVA (2000) conta que uma parte das lideranças do MST acreditava que seria necessário uma aliança com a Comissão Pastoral da Terra – CPT, gerando muitas divergências e a saída de muitos do movimento. Este fato desarticulou o MST no Estado.

Ainda SILVA (2000) comenta que as ocupações tiveram maior ênfase no Cariri Paraibano, todavia as mesmas não tiveram sucesso devido a represálias do latifundiário com o apoio da polícia, levando o movimento a migrar para o Litoral paraibano, constituindo os primeiros assentamentos conhecidos como: Teixeira, Nova Vida e Primeiro de Março.

Em junho de 1990, O MST cria uma delegação para falar com o Secretário da Agricultura exigindo uma solução imediata para tantos conflitos no Estado e compra de áreas correspondentes a 8.345 hectares para abrigar 1.160 famílias. O pedido foi ignorado. Apenas em 1993 que ocorre a desapropriação de parte da área da fazenda Abiaí, abrigando 280 famílias. (MORISSAWA, 2001).

Entre 1970 e maio de 1996 o Estado da Paraíba contou com 194 conflitos de terra, distribuídos em 55 municípios, a maioria nas regiões do Agreste e do Brejo, se estendendo pela Zona da Mata e Borborema, avançando para o Sertão. Segundo um levantamento realizado pelo INCRA – PB em fevereiro de 2000, dos 141 projetos de assentamentos, apenas 12 eram acompanhados pelo MST, representando um percentual inferior a 10%. Até os dias atuais o MST vem melhorando sua atuação no Estado e propõe que a Reforma Agrária não termine com a conquista da terra e crédito para o plantio. (SILVA, 2000).

2.5 O Desenvolvimento da agricultura e pecuária

A caatinga sempre foi local de pecuária. A lavoura era composta de pequenos roçados de milho e feijão, mandioca e algodão, necessários à subsistência da família do vaqueiro. A princípio, era organizada pelo próprio vaqueiro e sua família, pois os proprietários não tinham preocupação direta com o abastecimento de seus currais.

Assim se desenvolveu a atividade agrícola no sertão: marginal à criação do gado, dirigida ao autoconsumo das famílias. Depois vieram o cultivo da cana-de-açúcar e a indústria de rapaduras nas serras frescas, que serviram para complementar a atividade agrícola. O algodão surgiu na segunda metade do século XVIII, predominando até a década de 1970, quando surgiu a praga do bicudo que reduziu drasticamente o seu cultivo (ALVES 1999, *apud* ARAÚJO FILHO, 1990).

A pecuária é uma atividade muito importante para as comunidades rurais do Nordeste, componente importante nos sistemas produtivos do Semi-árido nordestino. A criação de animais, além de fornecer carne para o consumo doméstico em alguns períodos do ano, representa para as comunidades uma reserva de valor, para solucionar problemas financeiros em momentos de crise ou de doenças (ALVES, 1999). Os bovinos ocupam o primeiro lugar, com um rebanho de 11.533 cabeças; em seguida, aparecem os suínos, os ovinos e os caprinos, respectivamente com 6.732, 2.683 e 1.282 cabeças (IBGE, 2000).

O desenvolvimento da pecuária nos sertões foi responsável pelo surgimento de uma civilização *sui generis*, em que o colonizador chegava com gado, escravos e moradores e

instalava o curral nas ribeiras mais férteis encontrando ali densa vegetação rasteira formada por gramíneas durante a estação das chuvas e onde as leguminosas garantiam grande parte da alimentação durante o estio, se não fosse muito rigoroso, enquanto que nos anos mais secos os rebanhos eram deslocados para áreas úmidas, principalmente para as serras (ANDRADE, 1998).

Nos dias atuais continua a ser a pecuária a principal atividade econômica do sertão, com predomínio da pecuária extensiva, na qual, o gado é criado solto, em campo aberto, formado principalmente por animais mestiços de pequeno porte e pouco peso (ALVES, 1999).

No sertão, diferentemente do que ocorreu na zona da mata, predominou a utilização de mão-de-obra indígena, principalmente por apresentar maior disponibilidade que a negra e também por ser mais barata. Isso fez com que predominasse no sertão a miscigenação entre brancos e indígenas, resultando numa raça mestiça, da qual sairia grande parte dos vaqueiros, moradores e pequenos proprietários, em princípio, os responsáveis pelo cultivo dos pequenos roçados que constituíam a lavoura de subsistência (ALVES, 1999).

ALVES (1999) comenta a realidade do sertão do passado e do presente de Tejuçuoca, Ceará, onde é comum o pagamento da “renda” e dias de trabalho para o proprietário, bem como o consórcio de milho e feijão e o cultivo de pequenas áreas com mandioca, arroz e jerimum para garantir o consumo da família. No inverno os roçados podem ser feitos na caatinga; em outras épocas, porém, só os brejos e as vazantes dos rios e açudes permitem o cultivo. Os cercados de arame farpado ou de madeira são a forma de proteção contra a invasão de animais que buscam o alimento na lavoura. Para o trabalho na roça são utilizados a enxada, o machado e a foice, pois não são comuns no município o arado, o trator, a colheitadeira e os herbicidas, inseticidas e adubos químicos, que na década de 1960 invadiram os campos de regiões como o Sul e o Sudeste do país.

ALBUQUERQUE et al (1997) retratando a produção dos assentamentos rurais no Brasil referiu-se à produção agrícola, em nível nacional, verificando que o milho é o produto cultivado que aparece com maior frequência nos assentamentos. Outros produtos de destaque são: arroz, feijão, cana-de-açúcar, mandioca e café. Essa produção tem como destino, predominantemente, os intermediários, e os atacadistas e varejistas também são importantes compradores, ficando as cooperativas com uma parcela pouco significativa desta produção. Entre os produtos pecuários, observa-se a predominância das aves (galinhas, patos e perus, com estoque médio igual a 28,75 unidades por família), seguidas

pelos ovinos, caprinos e suínos e, finalmente, pelos bovinos (estoque médio de quatro cabeças por família). A inserção dos assentados no mercado ainda é precária, sobretudo pela dificuldade de escoamento da produção, pela baixa agregação de valor dos produtos por eles comercializados e pela escassez de financiamento.

2.6 Os alimentos na agricultura familiar

SANTOS (2005) enfatiza que a forte produção para o autoconsumo permite diminuir os custos de compra de alimentos, ao mesmo tempo em que potencializa a diversificação da pauta de produtos alimentares a serem escoados nos mercados.

Muitos agricultores, agricultoras e outros agentes encontram-se em processos intensos de construção do conhecimento agroecológico, apresentando grande diversidade de raízes socioculturais: populações indígenas, quilombolas, caboclos, negros, migrantes, povos da florestas, dos Cerrados, do Pantanal, do semi-árido, dos faxinais, dos pampas, ribeirinhos e pescadores. Ao mesmo tempo manejam de forma complexa a biodiversidade em uma grande variedade de ambientes e de atividades econômicas (SANTOS, 2005).

SOUZA et al (2005) caracteriza a heterogeneidade na agricultura familiar tradicional e no assentamento, o que inclusive influenciou a forma de apropriação de novas tecnologias. Apesar do maior reconhecimento vivido atualmente pela agricultura familiar, observa-se que o segmento ainda carece de políticas públicas que o fortaleçam e sirvam de alicerce para o seu pleno desenvolvimento, com inclusão social e equidade.

2.7 Plano de Desenvolvimento de Assentamento

A partir da criação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável – CNDRS que surge o Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável – PNDRS que tinha como função direcionar os programas governamentais criados para atender a agricultura familiar e as áreas destinadas à Reforma Agrária. (SEBRAE, 2004)

O Plano de Desenvolvimento do Assentamento oferece ao INCRA o conceito, a base técnica e apoio metodológico, no que tange a assistência técnica e o planejamento dos assentamentos de Reforma Agrária, mantendo a coerência aos objetivos do Instituto, porém de forma descentralizada. O técnico ou a equipe técnica que exerce esta função é conhecido como consultor e ao concluir o documento, o mesmo permanece inacabado, pois sempre vai

servir como base de dados para dar subsídios e o caminho para o futuro planejamento da área. (BUARQUE, 1999)

2.8 Educação no Campo

PEREIRA (2005) analisa as práticas de educação segundo os princípios de Paulo Freire no livro Educação como prática de liberdade e caracteriza a formação do povo brasileiro como colonial, escravocrata, sem povo, reflexa e antidemocrática. Na época do descobrimento do Brasil, a elite portuguesa optou por domesticar o povo brasileiro para que todos ficassem submissos aos interesses da coroa, apagando qualquer vestígio da memória histórica brasileira. Em pleno século 20, o governo brasileiro utiliza a mesma prática educativa de 1500. Desde o início, até os dias atuais utilizam políticas públicas que tornam-se ineficazes justamente por manterem uma visão focalista e imediatista da realidade e nunca da sociedade como um todo, com presente, passado e futuro.

BATISTA (2006) constata que as políticas brasileiras ao longo desses anos têm se mostrado excludente e desiguais, resultando em um quadro educacional que se manifesta em altos índices de reprovação, repetência, evasão escolar, distorção série-idade, jovens fora da escola e o analfabetismo. Na zona rural essa situação é ainda mais deficiente a as ações públicas para a educação no campo são omissas e inadequadas.

No prefácio do livro de CALDART (2004) em 1999, Miguel Arroyo lembra que ao pesquisar as reformas educacionais dos anos 20, encontrou um discurso do então governador mineiro que defendia a renovação dos currículos e métodos de ensino nas escolas das cidades mineiras. O mesmo dizia: “para o cultivo da terra, para mexer com a enxada e para cuidar do gado não são necessárias muitas letras”. Esse discurso reflete muito bem o que tem predominado na política educacional do campo, que até hoje esta em segundo plano, limitando as escolas da zona rural ao ensino até as series iniciais, as classes multisseriadas, má qualificação dos professores, entre outros problemas.

DIAS (2006) comenta que o governo federal desde 1998 adota políticas públicas voltadas para educação do homem no campo com a criação do Programa Nacional de Educação e Reforma Agrária (PRONERA)¹, ficando o mesmo alocado no Ministério de Desenvolvimento Agrário, subordinando-se ao INCRA, onde são discutidos mecanismos para democratizar o conhecimento no campo e utilizar metodologias voltadas para o desenvolvimento da zona rural. BATISTA (2006) discorda quando argumenta que os

movimentos sociais vêm a muitos anos denunciando os graves entraves que possuem a educação no campo. Constata-se ainda que os problemas continuam a existir mediante a tantos dados pesquisados e analisados mostrando que a realidade da educação campesina é precária e desigual. Ainda cita o discurso dos movimentos sociais enfatizam que a educação esteja comprometida com a emancipação, que fortaleça a cultura e os valores das comunidades campesinas e que seja vinculada a um projeto de auto-sustentação.

Sobre a realidade educacional do campo o MEC (2003) lança o documento “*Referências Para Uma Política Nacional de Educação no Campo*” e em um de seus capítulos cita que 21% das escolas do campo com Ensino Fundamental não possuem energia elétrica, apenas 5,2% dispõem de bibliotecas e menos de 1% oferecem laboratório de ciências, de informática e acesso à Internet. Ainda comenta sobre o nível de escolaridade dos professores. No nível fundamental menor, que é de 1ª a 4ª série, 9% dos docentes possuem ensino superior, e no fundamental maior (5ª a 8ª série) 57% possuem o ensino médio. Apenas 22% dos professores dos estabelecimentos rurais possuem ensino médio e recebem a metade do salário dos docentes da zona urbana.

3 MATERIAIS E MÉTODOS

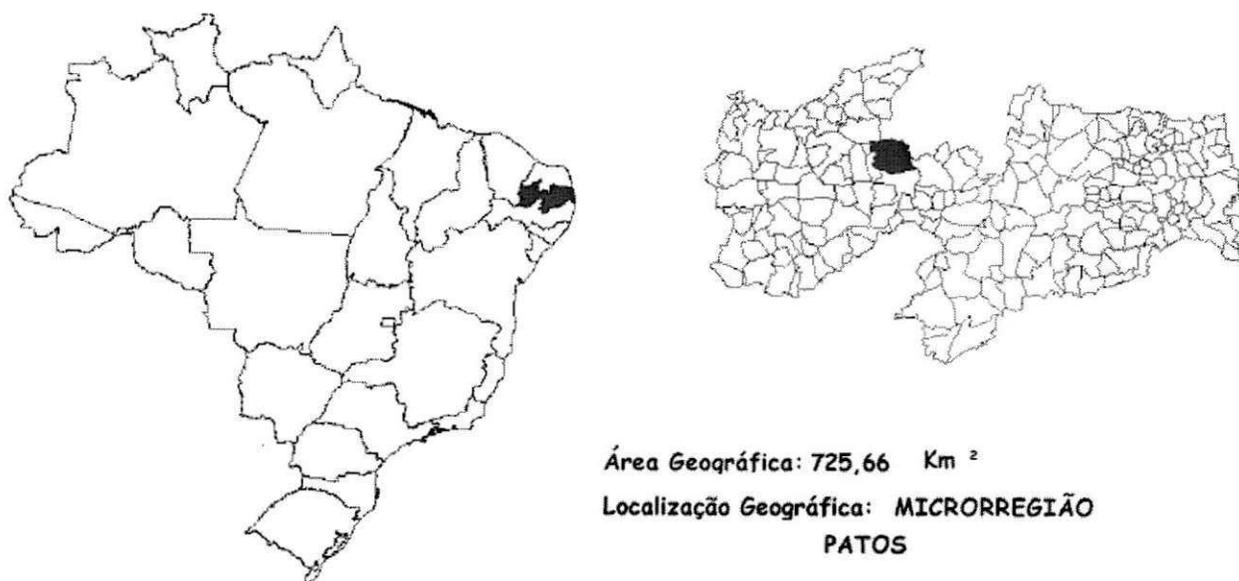
3.1 Caracterização da Área

O assentamento Maria Paz, que antes era denominado de Fazenda Maria da Paz, recebeu a emissão de posse no dia 26 de fevereiro de 2003. A área tem capacidade para abrigar 75 famílias, mas depois de estabelecido os critérios para seleção interna, os assentados decidiram que iriam abrigar apenas 40 famílias. Antes da emissão, o INCRA convocou as famílias que tinham sido cadastradas através do projeto de Reforma Agrária pelo correio no governo de Fernando Henrique Cardoso. A área total do assentamento corresponde a 2416 hectares, conforme mostra os dados na **Tabela 01**.

Tabela 1. Informações gerais da área do assentamento Maria Paz.

CARACTERISTICA DA AREA DO ASSENTAMENTO MARIA PAZ		
Denominação do Imóvel	Fazenda Maria da Paz	
Denominação do Projeto de Assentamento	Maria Paz	
Entidade Responsável pela Elaboração do PDA	COOPTECARA	
Área	Total	2495,0000
	Registrada	2416,8315
Área Efetiva de Reserva Legal	420 ha	
Data de Desapropriação	19.08.2002	
Data da Emissão de Posse	26.02.2003	

Este trabalho foi realizado com 40 famílias do assentamento Maria Paz, situado no município de São José de Espinharas – PB (**Figura 1**), perfazendo um total de 168 assentados. Os dados contidos no trabalho foram extraídos a partir do Plano de Desenvolvimento de Assentamento (PDA) elaborado pela Cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos dos Assentamentos da Reforma Agrária – COOPTECARA, em parceria com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).



**Figura 01 - Localização do município de São José de Espinharas, PB (IBGE, 2004).
 Fonte: Plano de Desenvolvimento de Assentamento - INCRA**

3.2. Meio Natural

As características a seguir foram extraídas do Plano de Desenvolvimento do Assentamento Maria Paz, no município de São José de Espinharas – PB.

3.2.1 Clima

O clima é subdesértico quente de tendência tropical. Caracteriza-se por elevadas temperaturas média anuais (26 °C), pequena amplitude térmica anual (5 °C), médias totais anuais de precipitação que oscilam entre 500 e 800 mm/ano, apresentando ainda forte concentração de chuva, com marcada irregularidade na sua distribuição e longa estação de seca.

3.2.2 Precipitação Pluviométrica

Apresentam totais pluviométricos anuais entre 600 e 800mm; A curta estação chuvosa decorre das descidas da frente intertropical no fim do verão e começo do outono. Estação seca muito longa, superior a 8 (oito) meses, índice xerotérmico entre 300 e 200mm. A umidade relativa do ar é de 65%.

3.2.3 Solos

Os principais tipos de solos que formam a região de influência do imóvel são os Solos Bruno Não Cálcico Vértico, Solos Bruno Não Cálcico, Solos Litólitos Eutróficos, Solos Litólicos Eutróficos com Afloramento de rochas e Solos Aluviais Eutróficos encontrados principalmente em relevos planos.

3.2.4 Recursos Hídricos

Os recursos hídricos se constituem basicamente de pequenos e médios açudes construídos nas propriedades particulares em toda região de São José de Espinharas, tendo em vista que os rios de maior expressão que drenam toda a região são os Rios Espinharas e Farinha, sendo de regime intermitente.

3.2.5 Vegetação

A vegetação da região é própria da caatinga sertaneja (hiperxerófila) apresentando, no geral, o porte arbustivo com domínio da **favela** (*Cnidoscolus phyllacanthus*), **pereiro** (*Aspidosperma pyriformis*), **marmeleiro** (*Cydonia vulgaris*), **jurema preta** (*Mimosa tenuiflora*) e outras espécies da família Mimosas. São comuns ainda: **macambira** (*Bromélia laciniosa*), **mandacaru** (*Cereus jamacaru*); **angico preto** (*Piptadenia macrocarpa*) e **xique-xique** (*Pilosocereus gounelli*).

Ao longo das margens dos rios, ocorrem as **oiticicas** (*Licania rígida*), **craibeiras** (*Tabebuia caraíba*) e indivíduos de **carnaúba** (*Copernícea cerífera*), representando os restos de antigas matas ciliares.

3.2.6 Relevo

Esta região está inserida na unidade de relevo denominada de superfícies de aplainamento sertanejos constituindo-se de áreas relativamente baixas (250 a 300m) e planas ou com colinas muito suaves, desenvolvidas e oeste do Estado, entre a escarpa ocidental do Planalto da Borborema e os alinhamentos de serras fronteiriças com outros Estados vizinhos.

Estas também são chamadas de pediplanos sertanejos que embora se subdividam em compartimentos, formam no conjunto uma só superfície também conhecida como Depressão Sertaneja.

Todas essas áreas rebaixadas foram modeladas em rochas cristalinas diversas e de idades pré-cambriana, à exceção dos terrenos sedimentares mais novos (cretáceos) da bacia sedimentar do Rio do Peixe, localizadas nos municípios de Pombal, Souza e São José do Rio do Peixe-PB. Aplainada em épocas geológicas bem recentes (pleistoceno), devido a processos de erosão comandados por climas secos – pediplanação – a depressão sertaneja está sendo desgastada até hoje pela drenagem intermitente da bacia do Piancó-Piranhas.

Na superfície aplainada, emergem os famosos **inselbergs ou morros isolados** (às vezes agrupados) de topo convexo e as elevações em forma de serras ou cristas que acompanham as grandes linhas do relevo. Essas serras residuais correspondem às **áreas cristalinas elevadas** que substituíram ao processo de **pediplanação**.

3.2.7 Meio Ambiente

Ao se referir ao meio ambiente do Assentamento Maria da Paz, se faz necessário lembrar que o mesmo encontra-se localizado em uma das regiões ambientais do estado da Paraíba mais afetadas climaticamente, trazendo com isso uma série de limitações no tocante ao desenvolvimento sustentável local e regional. Desta forma, existe uma consciência das famílias sobre seu entorno ambiental, fato esse comprovado na busca de conhecimentos para adoção de práticas de precaução e preservação ambiental, além de casos de processos judiciais a propriedades vizinhas no tocante a infrações a questões ambientais.

3.3. Infra-Estrutura e Benfeitorias

O assentamento Maria Paz recebeu da Superintendência Regional do INCRA o crédito para implantação e aquisição de materiais para construção na modalidade apoio a instalação. Com o crédito serão reformadas nove casas, uma escola, que está desativada e atualmente duas famílias utilizam o espaço, e um galpão que será utilizado para festejos culturais do local. Serão construídas 31 casas em sistema de agrovilas.

Os currais e as barragens são utilizados coletivamente. As barragens servirão para criação de peixe com acompanhamento técnico.

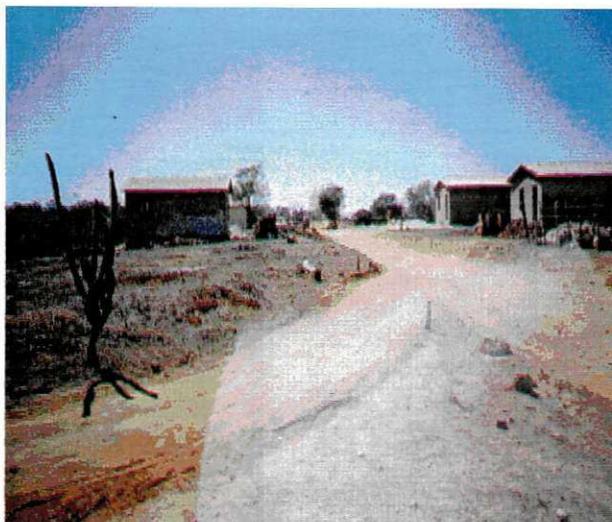


Figura 2. Construção das Casas – Sistema de Agrovila **Figura 3.** Curral Coletivo - Assentamento Maria Paz

Fonte: Plano de Desenvolvimento de Assentamento Maria Paz - INCRA

3.4. Plano de Desenvolvimento de Assentamento

A coleta de dados foi realizada a partir do diagnóstico do Plano de Desenvolvimento de Assentamento – PDA, realizado pela COOPTECARA em parceria com o INCRA, através de um termo de cooperação.

O PDA foi realizado por uma equipe técnica formada por quatro técnicos em agropecuária, um jornalista e um engenheiro agrônomo. A equipe visita a residência de todos os assentados para iniciar as entrevistas individuais e coletivas. As entrevistas coletivas são organizadas por núcleos de famílias já definidos pela organização interna do assentamento.

Após a coleta de dados é realizada a análise quantitativa e qualitativa do assentamento. Com as informações organizadas pode-se avaliar os obstáculos e potencialidades do interior do assentamento, dando início ao plano de ação de desenvolvimento sustentável.

No primeiro momento, foi realizado o estudo completo das características da área do assentamento Maria Paz e a relação das famílias com a produtividade e a educação. A análise desses norteiam os indicadores sociais, de produção agrícola e pecuária e de serviços de apoio à produção e educação que vão dar sustentação ao perfil do assentamento. No segundo momento, esses dados são levados à discussão com base em outras fontes bibliográficas mostrando se a área esta próxima ou distante dos parâmetros nacionais.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Perfil Social

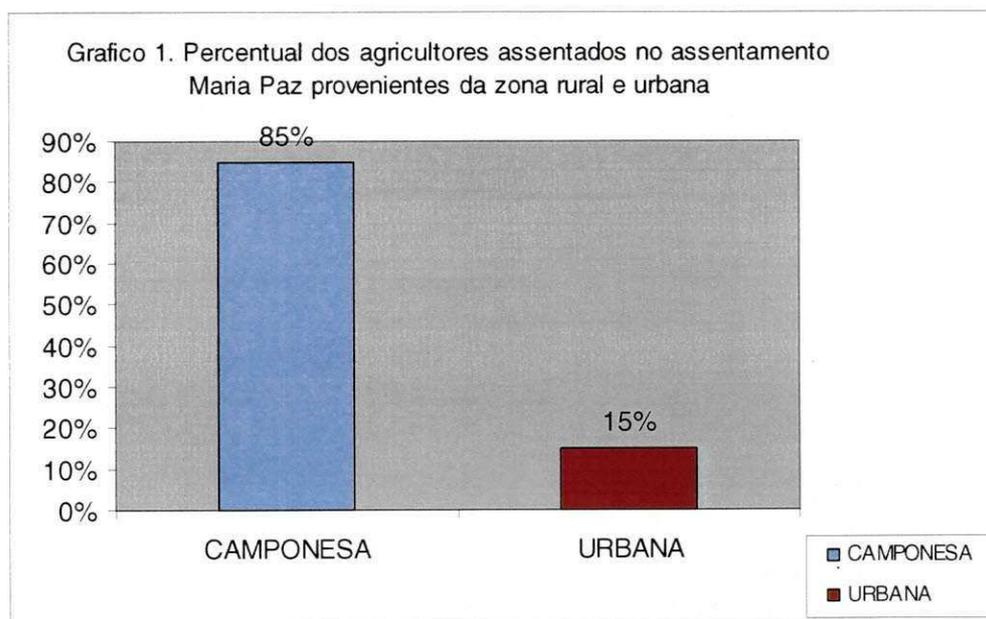
Foi observado que das 40 famílias do assentamento Maria Paz em São José de Espinharas, 14 já moravam no local antes de iniciar o assentamento, correspondendo a 35%. Apenas 10% são originárias de sítios vizinhos. Os outros 55%, ou seja, a maioria das famílias, são originárias da cidade de São José de Espinharas e outras cidades vizinhas, como Patos e Santa Luzia, na Paraíba, e Serra Negra, no Rio Grande do Norte, como demonstra a **Tabela 2**.

Tabela 2. Dados da quantidade e percentual das famílias do assentamento Maria Paz, de acordo com a zona (rural e urbana) e origem.

RESIDÊNCIA DE ORIGEM	FAMILIAS URBANAS	FAMILIAS CAMPONESAS	QUANTIDADE (Famílias)	PERCENTUAL (%)
Patos	01	02	03	7,5
São José de Espinharas	Cidade 05 Fazenda M.Paz - Sítios Vizinhos -	- 14 04	05 14 04	12,5 35 10
Santa Luzia	-	02	02	5
Serra Negra	-	12	12	30
Total Geral	06	34	40	100

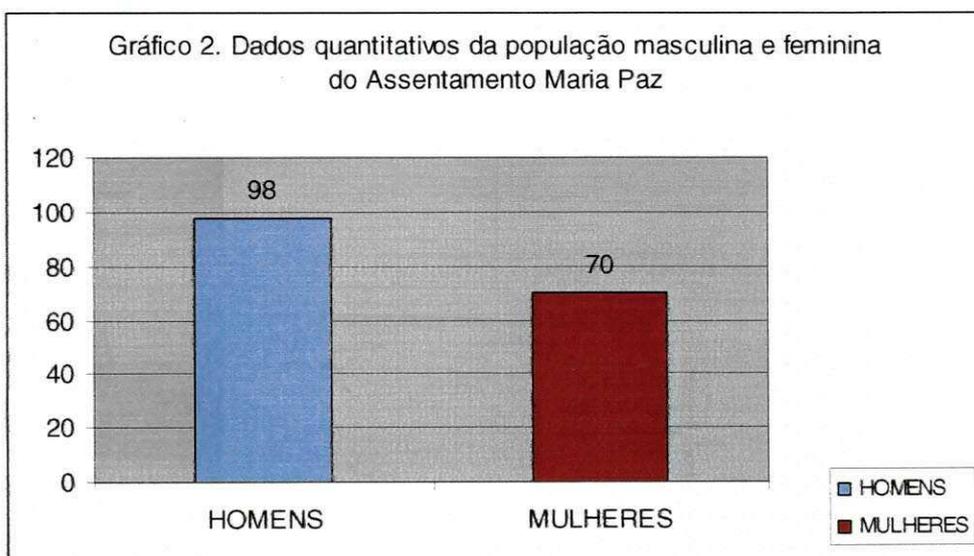
Das 14 famílias que eram antigos moradores, quatro desistiram do assentamento. Segundo IBGE (2004), a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) revela os dados mais recentes sobre a distribuição espacial da população brasileira. No ano de 1980, existiam 32% da população do Brasil morando no campo, em 2004, este número declinou para 17%, ou seja, uma redução de quase 50%, representando um contingente de 30,8 milhões de pessoas que desistiram do campo para tentar outra vida na cidade. Para se ter uma idéia, a população total da Argentina está em torno de 38,3 milhões de habitantes. Esse dado demonstra a tendência de urbanização que existe em relação ao campo, apesar das Regiões Nordeste e Norte possuírem um quarto de sua população vivendo no campo. (INEP,2007)

Observa-se ainda que seis famílias são provenientes da cidade, enquanto a maioria, ou seja, 34 famílias viviam no campo e ainda mantinham relações com a agricultura. Esse dado evidencia que 85% das famílias são de origem camponesa e 15% de origem urbana. Conforme mostra o **Gráfico 1**.

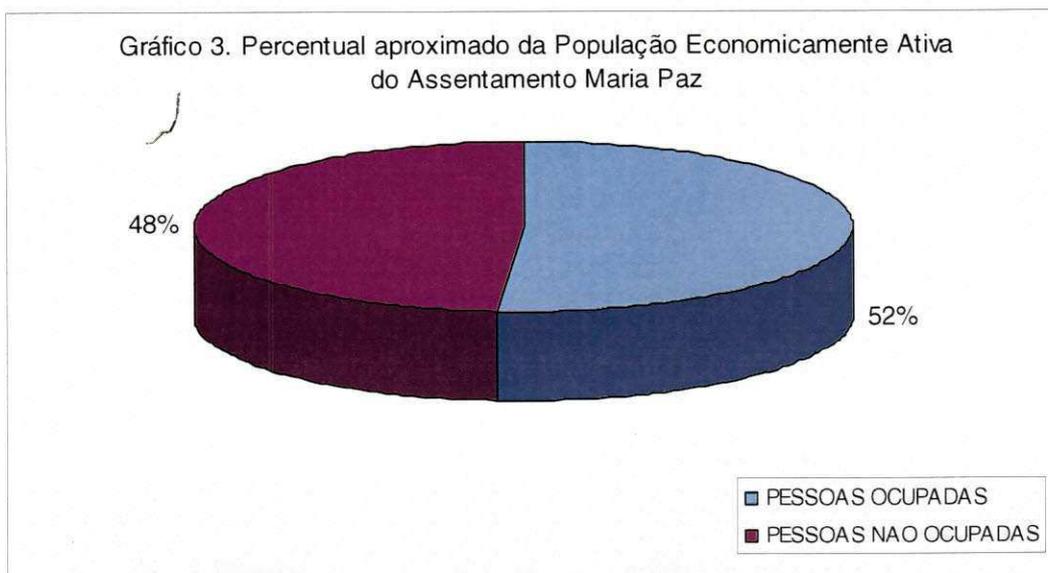


No **Gráfico 2**, podemos observar que a população total do assentamento corresponde a 168 pessoas, desses 70 são do sexo feminino e 98 do sexo masculino, correspondendo a 41,67% e 58,33% respectivamente, evidenciando que a população assentada é composta predominantemente por homens. Essa informação corrobora com Oliveira (2005) quando defende que a política de reforma agrária centra os benefícios aos

homens, pressupondo que seria estendido aos outros membros da família. Esse fato levou a dominância do homem em sua propriedade, tendo em vista que o mesmo seria o responsável pela administração da propriedade, evidenciando a divisão de trabalho, tornando o homem agricultor e a mulher ajudante. A consequência disso é o aprofundamento da discriminação de gênero, levando a maioria das mulheres assentadas a ter uma visão negativa de seus direitos e capacidades.



Da população total do assentamento, 87 assentados (51,79%) corresponde à população economicamente ativa. No documento não especifica quem é o grupo das 81 assentados que faz parte da população economicamente inativa, sendo o equivalente a 48,21% dos assentados, todavia fica implícito que dentro da população economicamente inativa estão as crianças e idosos, totalizando 59 e 06, respectivamente, considerando crianças as que estão na faixa etária de 0 a 14 anos e idosos os que estão **acima de** 60 anos. Como podemos observar no **Gráfico 3**.

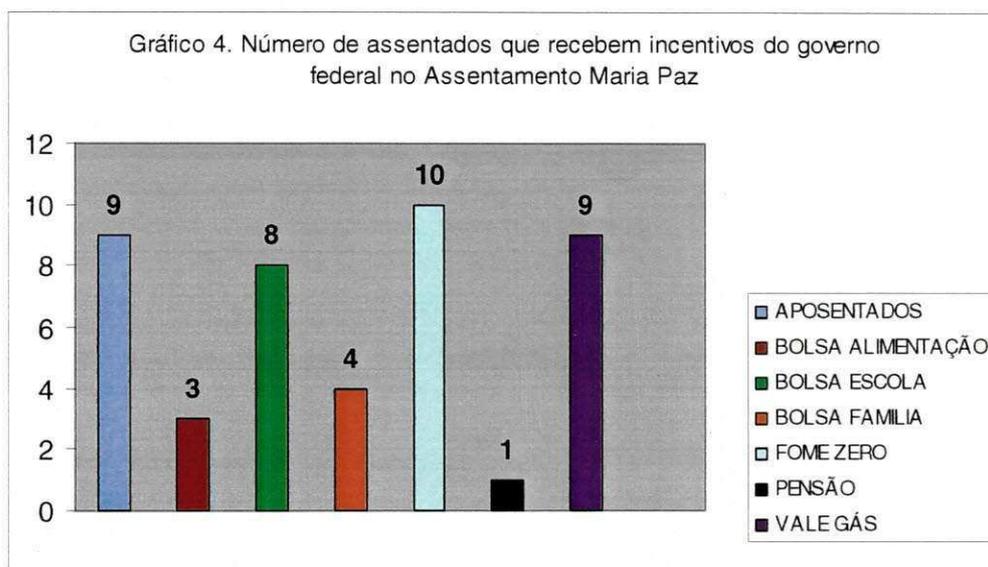


De acordo com o PDA, a população economicamente ativa corresponde as “pessoas ocupadas”, tendo em vista que são responsáveis pela geração de renda do assentamento e a manutenção de postos de trabalho, todavia muitas vezes essas mesmas pessoas não conseguem obter uma renda mínima familiar, dependendo de outras atividades, como aposentadorias, venda de serviços em outros estabelecimentos, atuando inclusive em atividades não agrícolas (GUANZIROLI & CARDIM, 2000).

Quando comparamos o rendimento médio mensal da população economicamente ativa residente na zona rural e urbana, percebemos que 6,6% apresentam rendimento médio acima de três salários mínimos, contrapondo-se, a zona urbana, que concentra 24,2% da renda. Analisando esses percentuais, pode-se perceber a desigualdade de oportunidades que existe no campo. (INEP, 2007).

No assentamento Maria Paz, 72,50% (29/40) das famílias recebem algum tipo de incentivo do Governo Federal, totalizando 44 pessoas beneficiadas. Dentre os benefícios, pode-se citar a bolsa alimentação, vale gás e fome zero, entre outros (**Gráfico 4**). Considerando que a população do assentamento possui 168 assentados, 5,3% dos idosos (9/168) recebem aposentadoria, representando que da renda do assentamento tem origem na aposentadoria, todavia não podemos incluí-los na população economicamente ativa por não preencher o requisito na manutenção dos postos de trabalho.

Segundo ALBUQUERQUE et al (2004), o campo deixou de ter a produção agrária como única ou principal fonte de renda, pois as pequenas indústrias, o comércio e a aposentadoria constituem os principais meios de recursos para os assentamentos. MELGAREJO (2000) corrobora com esta afirmação quando relata que a inclusão de outras fontes de renda em assentamentos rurais podem levar a resultados positivos. E por último, ALBUQUERQUE (2002), relata que os aposentados rurais são mais bem adaptados e psicologicamente bem resolvidos do que os aposentados urbanos quando analisados do ponto de vista psicológico.



4.2 Perfil Educativo

O assentamento Maria Paz ainda não possui sua escola. Todos os estudantes do ensino fundamental se deslocam para a escola na propriedade vizinha. Segundo HEREDIA (2003), a escola é uma das grandes preocupações das famílias assentadas e que a mesma geralmente só é criada depois que o assentamento é instalado. No Brasil existem 30,8 milhões de brasileiros que estão no campo em franca desvantagem, tanto em termos de capital físico (recursos financeiros) quanto de capital sociocultural (escolaridade e frequência à escola) (INEP, 2007).

No assentamento existem 59 crianças na primeira e segunda fase do ensino fundamental, considerando que as mesmas estejam na faixa etária de 0 a 14 anos. Todas vão à escola através de transportes precários, conhecidos também como pau de arara. Esta situação se agrava no período de chuvas, quando os carros atrasam, devido à falta de pavimentação das estradas, fazendo com que as crianças cheguem a aula atrasadas. Em 2002, cerca de 3.557.765 estudantes usavam o transporte escolar público municipal e estadual. Em 2005, esse número subiu para 4.205.204. Deste total, 61,9% são transportados para as escolas da zona urbana e 38,1% para as escolas rurais. Por um lado, os movimentos sociais do campo e uma série de políticas governamentais buscam fixar o trabalhador rural no campo, entretanto o transporte escolar faz o trabalho inverso, levando o filho deste trabalhador para os núcleos urbanos. (INEP, 2007).

Com todos os problemas enfrentados no campo, HEREDIA (2003) cita que existe aumento no percentual da população em idade escolar que frequenta a escola, chegando a

aproximadamente 90% para as crianças de 7 a 14 anos e 60% para as que estão na faixa etária de 15 a 19 anos. Essa afirmação corrobora com o IBGE (2004) quando os dados revelam a diminuição dos anos de estudo a medida que os anos avançam. De acordo com o sistema educacional vigente no Brasil, as pessoas com 14 anos deveriam ter em média 8 anos de estudo, referente ao término do ensino fundamental, e as de 17 anos, deveriam ter 11 anos de estudo, correspondendo ao término do ensino médio, todavia apenas o grupo etário de 19 a 24 alcançou os 8 anos de estudo, mostrando o nível de defasagem escolar. O que é observado ao avaliar a **Tabela 3**.

Tabela 3. Dados da quantidade e percentual por faixa etária dos agricultores que estudam e não estudam no assentamento Maria Paz.

IDADE	GERAL		ESTUDA		NÃO ESTUDA	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
0 a 7	31	18,45	10	5,95	21	12,50
8 a 14	28	16,67	26	15,48	02	1,19
15 a 18	16	9,52	13	7,74	03	1,79
19 a 35	47	27,98	21	12,50	26	15,48
36 a 60	40	23,81	22	13,10	18	10,71
> 60	06	3,57	01	0,60	05	2,98
Total Geral	168	100	93	55,36	75	44,64

O assentamento possui mais da metade das crianças, na faixa etária de 0 a 7 anos, que não chegam a escola, correspondendo a quase 68%. Segundo o IBGE (2004), em 2002, 36,5% das crianças de 0 a 6 anos não freqüentavam escola ou creche, tornando a média do assentamento quase o dobro da média nacional. Por outro lado, a faixa etária de 8 a 14 anos, possui o menor índice de evasão escolar.

O assentamento é formado em sua maioria por adultos jovens na faixa etária de 19 a 35 anos, perfazendo um total de 47 pessoas, todavia, coincidentemente é nesta mesma faixa etária que possui o maior índice de evasão escolar, ou seja, dessas 47 pessoas, 26 já não estudam mais. Os dados do IBGE/PNAD (2004) mostram que a escolaridade média da população de 15 anos ou mais que vive na zona rural é de aproximadamente quatro anos,

correspondendo a quase metade da população urbana, que é de mais de sete anos de estudo. (INEP, 2007).

Não foi identificado o número de analfabetos do assentamento Maria Paz. Segundo dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP, 2007) a população rural no Brasil com 15 anos ou mais possui 29,8% de analfabetos, enquanto que na zona urbana essa taxa cai para 8,7%. Ressaltando ainda que nesses dados não são incluídos os analfabetos funcionais que são aqueles que cursou no máximo até a 4ª série do ensino fundamental. Na Região Nordeste o índice de analfabetismo é ainda maior, chegando a quase 40%.

Os dados revelam que a educação no campo está melhorando gradativamente, mas a qualidade de ensino e o grau de escolarização dos assentados continuam deficientes. O campo está sendo submetido a um desamparo histórico que reflete nos altos índices de analfabetismo. Um ensino de qualidade é fundamental para o resgate social e cultural do campo. Os dados podem ser observados na **Tabela 4**.

Tabela 4. Percentual do grau de escolarização por faixa etária do assentamento Maria Paz.

	QUANT	PRE-ESCOLA	1 a 4 SERIE	5 a 8 SERIE	2º GRAU	EJA	SUPERIOR
0 a 7	31	23	8	0	0	0	0
8 a 14	28	0	12	15	0	1	0
15 a 18	16	0	6	7	3	0	0
19 a 35	47	0	22	14	3	8	0
36 a 60	40	0	18	3	1	18	0
> 60	6	0	3	0	0	3	0
Total Geral	168	23	69	39	7	30	0
%	100	14	41	23	4	18	0

Pode-se constatar que a maioria dos assentados concluíram apenas a primeira fase do ensino fundamental, correspondendo a 41%. HEREDIA (2003) mostra que a realidade dos assentamentos no Brasil é possuir 73% das escolas vão até a 4ª série e 77% apresentam suas escolas multisseriadas. Essas últimas possuem alunos de diferentes séries e níveis em uma mesma sala de aula, independente do número de professores responsáveis pela sala, tornando-os unidocentes. Dezenove por cento (19%) oferecem ensino até a 8ª série. Segundo

IBGE (2004), com 14 anos de idade, no Brasil, 65,7% dos estudantes não concluem o ensino fundamental em idade adequada. No Nordeste este dado é ainda pior, chegando a 85%.

Podemos observar ainda que apenas 4% chegaram a concluir o ensino médio. Foi identificado que nenhum assentado chegou ao ensino superior. Segundo OLIVEIRA et al (2006) ao realizar uma pesquisa com 432 jovens na faixa etária de 13 e 25 anos em assentamentos que integram o Sertão do Apodi no Rio Grande do Norte, revelou que 75 jovens terminaram o ensino médio e dois, o nível superior, representando um total de 17% e 1%, respectivamente.

4.2 Perfil da Produção Agropecuária

4.2.1 Agrícola

Foi identificado que 97,70% das famílias desenvolvem a atividade agrícola. Das 40 famílias, 72,50% recebem benefícios do governo federal, como por exemplo: vale gás, fome zero e bolsa alimentação.

O assentamento Maria Paz possui 04 (quatro) tipos de consórcios na produção agrícola, predominando o cultivo de feijão, milho, algodão e batata doce. O consórcio da produção de legumes com o algodão entre outros, já é comprovada em outras iniciativas no campo em pleno Semi-árido Cearense, quando o algodão foi consorciado com o milho (*Zea mays*), feijão de corda (*Vigna unguiculata*), gergelim (*Sesamum indicum*) e guandu (*Cajanus cajan*), culturas de livre escolha dos agricultores (LIMA, 2005). Em assentamentos estudados por CINTRÃO (2005) encontraram-se cultivos do milho, da mandioca, do feijão, e em menor escala de inhame, banana e arroz.

A cotonicultura se constituiu ao longo do tempo, numa atividade complementar da pecuária contribuindo para a formação da renda familiar das camadas mais pobres da população, notadamente dos pequenos produtores rurais, tendo sido também responsável pela viabilização das relações de produção do tipo arrendamento e parceria nas microrregiões sertanejas (ANDRADE, 1998).

As culturas agrícolas registradas foram as culturas anuais de ciclo curto, a exemplo do plantio de milho, feijão e algodão como mais frequentes de forma consorciada, como pode ser observado na **Tabela 5**.

Ressalta-se que todos consorciavam as culturas a outras de ciclo similar, demonstrando a diversidade de cultivos, os quais culturalmente herdados de ascendentes indígenas, de associar os cultivos úteis e complementares na alimentação básica do consumo da família sertaneja, pois segundo MENEZES (1995) os métodos eram rudimentares, semelhantes aos dos índios, de combinar uma agricultura frágil de subsistência e a atividade pastoril.

ALVES (1999) enfatiza que os pequenos roçados de milho e feijão, mandioca e algodão, são necessários à subsistência da família do vaqueiro. A princípio, era organizada pelo próprio vaqueiro e sua família, pois os proprietários não tinham preocupação direta com o abastecimento de seus currais. Assim se desenvolveu a atividade agrícola no sertão: marginal à criação do gado, dirigida ao autoconsumo das famílias. Tais consórcios foram organizados nos plantios por “sistemas” segundo informações repassadas pelos próprios assentados, conforme descreve a equipe de PDA, na **Tabela 5**.

Tabela 5. Dados do sistema integrado de culturas agrícolas e criação animal no assentamento Maria Paz.

SISTEMA	CULTIVOS AGRICOLAS	QUANTIDADE DE FAMÍLIAS ¹	%
A	Feijão + milho + bovino + galinha caipira	14	35,90
B	Feijão + milho + algodão + bovino + asinino + suíno + galinha caipira + guiné	10	25,64
C	Feijão + milho + bata doce + hortaliças + melancia + macaxeira + bovino + ovino + caprino + galinha caipira + guiné	12	30,76
D	Feijão + milho + melancia + batata doce + pimentão + quiabo + tomate + bovino + asinino + galinha caipira	3	7,7

¹ Existe uma família que não pertence a nenhum dos sistemas.

Os achados revelam que a produção de lavouras temporárias do assentamento Maria Paz são destinados ao autoconsumo, CUNHA (2003) constatou que os assentamentos do Noroeste de Minas Gerais a exploração de apenas um tipo de cultivo é pouco freqüente, dado o caráter de produção para autoconsumo, sendo mais comum a exploração de 2 a 4 cultivos no lote (55% das propriedades). As combinações de cultivo mais freqüentes, para duas explorações, são as de milho e arroz (42% das propriedades nesta condição). Para três ou quatro cultivos, milho, mandioca, arroz e cana são as culturas combinadas com maior freqüência (CUNHA, 2003), e ainda hoje, o roçado é composto essencialmente da plantação de culturas de subsistência (milho, feijão, mandioca), mas não exclusivamente. Nele pode haver uma “lavoura comercial” afirma GARCIA Jr. (1983).

Cultivam ainda a melancia, hortaliças, macaxeira, pimentão, quiabo e tomate, de acordo com o levantamento nos assentamentos do Noroeste de MG que indicam uma razoável gama de hortaliças cultivadas (16 hortaliças com menção mais relevante), porém em pequena escala e com destino quase exclusivamente ao autoconsumo (CUNHA, 2003).

Os assentados plantam em vazantes, próximo ao açude como uma forma de conviver com a irregularidade de chuvas do semi-árido, aspecto afirmado por ANDRADE (1998) quando resgata que os roçados constituíam pequenas manchas isoladas na vastidão da caatinga e eram feitos nos locais mais úmidos, mais favoráveis, onde os solos eram mais espessos, como as vazantes dos rios e as lagoas secas ou, nos bons invernos, na própria caatinga.

Os resultados sistematizados dos cultivos agrícolas reafirmam GUANZIROLI & CARDIM (2000) quando destaca que a agricultura familiar apresenta uma grande diversidade em relação ao seu meio ambiente, à situação dos produtores, à aptidão da terra, à disponibilidade de infra-estrutura etc., não apenas entre as regiões, mas também dentro de cada região. A combinação de sistemas integrados na produção agrícola e criação animal, constatados neste estudo, com o uso de restos de cultivos agrícolas, plantios de capineiras e utilização de derivados dos produtos agrícolas na alimentação animal, descritos no PDA, comprova o que EHLERS (1999) afirma como características de integração sustentável de um agroecossistema desde uma simples consorciação entre duas culturas até os complexos sistemas agrossilvipastoris.

A produção é organizada de forma individual, predomina o sistema de sorteio, porém alguns lotes ainda é utilizado o sistema de posse. A força de trabalho é a familiar e os

instrumentos de trabalho, como as enxadas, foices, machado e cultivadores com tração animal são totalmente rudimentares e o ultimo existe na área em pequenas quantidades.

Com o ataque predominante de pragas como mosca branca, gafanhoto, lagarta de cartucho e o bicudo, utilizam-se inseticidas químicos, conhecidos como agrotóxicos como o Tamarom, Gramocil, polissuper e o Folidol, prática comum em áreas de assentamentos do Noroeste de MG, quando CUNHA (2003) observou que cerca de 63% fazem adubação química (valores superiores à média dos assentamentos em Minas Gerais - 55,8% - bem como da média para o Estado, situada em 61,8% em 1996).

4.2.2 Pecuária

Considerando o número de famílias criadoras, o assentamento Maria Paz possui como criação animal predominante a criação de gado ficando em segundo lugar a criação de galinha caipira, como demonstra a **Tabela 6**.

Tabela 6. Quantidade de animais no assentamento e a média por família segundo a espécie animal, no assentamento Maria Paz.

EXPLORAÇÕES	QUANTIDADE DE ANIMAIS	FAMÍLIAS CRIADORAS	QUANTIDADE MÉDIA/FAMÍLIA
Galinha Caipira	203	21	9,7
Bovino	178	31	5,7
Guiné	19	02	9,5
Asinino	16	13	1,2
Caprino	14	06	2,3
Ovino	06	04	1,6
Suíno	03	03	1,0

Este dado preconiza uma característica da história sertaneja que é a predominância da criação de gado, com aptidão para carne e leite, possuindo forte tendência à exploração do gado leiteiro para autoconsumo e comercialização. Devido à existência de uma mini-indústria de beneficiamento de leite no município de São José de Espinharas, os assentados repassam parte do leite produzido para atravessadores que vendem para a mini-industria. A produção de leite no assentamento é de aproximadamente 200 litros. Apesar da

bovinocultura mista ser o grande forte do sistema pecuário do assentamento, também identifica-se uma tendência a criação de galinha caipira, principalmente para o autoconsumo, ficando a venda destinada apenas quando a família necessita adquirir produtos que não advenham da produção do assentamento. Estas observações corroboram com CINTRÃO (2005), quando o mesmo analisa as criações consideradas importantes pelos assentados, revelando um amplo leque de produtos, indicando a existência de sistemas de produção diversificados, destinado para o autoconsumo e venda. CINTRÃO (2005) ainda cita que fora encontrado como predominante nos 62 assentamentos estudados, o gado de leite e corte, galinha para produção de carne e ovos e suínos. Numa porcentagem menor cria-se também peixes, abelhas, cabras, patos e galinha de angola (guiné).

Identificou-se que o sistema de criação predominante é o extensivo para os bovinos e semi-intensivo para caprinos, ovinos e aves, características das criações nos Sertões como ALVES (1999) observou ao falar da pecuária como a principal atividade econômica nesta região, com predomínio da pecuária extensiva, na qual, o gado é criado solto, em campo aberto, formado principalmente por animais mestiços de pequeno porte e pouco peso.

Os bovinos criados no assentamento Maria Paz tem por principal função à produção de leite, Estes animais recebem suplementação alimentar no final da tarde para melhorar a produção do leite, similarmente aos assentados do Noroeste de Minas Gerais, onde cerca de 65% dos assentados criam animais com algum nível de atividade leiteira, sendo que destes, 66% dos produtores de leite possuíam até cinco vacas em fase de lactação e 27% entre 6 e 10 vacas leiteiras (CUNHA, 2003).

4.2.3 Serviços de apoio à produção

4.2.3.1 Assistência Técnica

A assistência técnica no assentamento enfrenta todas as dificuldades na produção agrícola e animal devido à estrutura precária por parte da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) que é a única empresa estatal que presta o serviço em toda região do município de São José de Espinharas, englobando também o assentamento Maria Paz, todavia essa assistência ocorre de forma desordenada com visitas irregulares, sem um planejamento das demandas necessárias dos assentados.

Em Minas Gerais, aproximadamente 80% dos assentados do Noroeste do Estado declararam receber assistência técnica e a qualificaram como de boa a excelente (CUNHA, 2003). PACHECO (2000) enfatiza ainda que a assistência técnica e pesquisas públicas tendenciam à homogeneização e simplificação dos sistemas agrícolas, com base nos princípios da *revolução verde*, do que apoiar a diversidade e complexidade dos mesmos, esta característica é marcante do assentamento Maria Paz

4.2.3.2 Crédito Rural

Os assentados de Maria Paz não dispõem de crédito do governo para a produção agropecuária, seja através de incentivo municipal, estadual ou federal, dificultando os investimentos na agricultura e pecuária, inviabilizando o crescimento social e econômico do assentamento, enquanto PACHECO (2000) ressalta que a maioria das modalidades de crédito não levam em conta as desigualdades de gênero nem se inspiram numa visão de agricultura sustentável, baseada nos princípios da agroecologia, bem como proposta de financiamento não inclui possibilidade de projeto de manejo das culturas nativas.

ALBUQUERQUE et al (2004) indicaram que assentados e técnicos crêem que o PRONAF traz poucos benefícios, maior dificuldade na forma de pagamento, morosidade na aprovação dos projetos e na liberação do fomento, em comparação ao programa de crédito anterior, Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária – PROCERA.

As ações de planejamentos dos assentamentos são requeridas pelas normas do PRONAF, especialmente uma linha de financiamento específica para assentados (PRONAF do tipo A) destinada para investimento em estruturação inicial da produção. O INCRA passou então a considerar a elaboração de PDA, como condição para elaboração do projeto de crédito e liberação dos recursos do PRONAF e fundamental para o sucesso do investimento (PEIXOTO, 2002).

4.2.3.3 Capacitação Técnica

Os assentados do Maria Paz não receberam nenhum tipo de capacitação técnica. A capacitação dos assentados tornou-se uma questão central para o sucesso da reforma agrária no Brasil. A desapropriação de terra cumpre diversos objetivos, como a criação de

empregos, crescimento do mercado interno com o aumento da oferta de alimentos e matérias-primas, melhoria na qualidade de vida, redução do êxodo rural, e estabilidade familiar. É necessário investir na educação do assentado e do trabalhador rural (DIAS, 2006)

4.2.3.4 Comercialização

A comercialização dos produtos do assentamento Maria Paz tem por destaque o produto “leite”, o qual é vendido a uma mini-indústria de beneficiamento de leite de produção de queijos na cidade de São José de Espinharas. O assentamento fornece a esta mini-indústria aproximadamente 200 litros de leite por dia a um valor de R\$ 0,40 por litro com aproximadamente R\$ 80,00 diário de renda da venda de leite bovino. Em relação, a produção de leite, assentados entrevistados por CUNHA (2003), relatam que 47,7% beneficiam o leite e produzem queijos, uma atividade que mobiliza fundamentalmente o trabalho das mulheres dos assentamentos do Noroeste de Minas Gerais.

Os dados de comercialização obtidos do assentamento Maria Paz concorda com CUNHA (2003) sobre os assentamentos do Noroeste de Minas Gerais, que em termos gerais, há uma importância econômica dos assentados como agentes econômicos que inserem recursos monetários nos comércios locais, indicados pela pauta de consumo alimentar diversificada.

Outro produto importante comercializado pelos assentados é o algodão, vendido a R\$ 1,50 (hum real e cinquenta centavos) por Kg, inferior aos valores praticados atualmente no mercado, que variam de R\$ 2,26 (dois reais e vinte seis centavos) a R\$ 4,13 (quatro reais e treze centavos). Esta venda normalmente é feita a intermediários que fazem o “papel” dos agentes econômicos na região. A análise destes dados demonstra que a rentabilidade dos assentados poderia ser maximizada caso houvesse uma política de comercialização direta ao consumidor ou em programas governamentais.

5. CONCLUSÕES

A pecuária leiteira é uma das atividades mais importantes na geração de renda do assentamento;

A inserção dos assentados no mercado consumidor ainda é insuficiente provavelmente pela produção em pequena escala, submetidos à lógica dos atravessadores;

Falta financiamento para produção e comercialização;

O modelo agrícola predominante ainda é baseado nos princípios da revolução verde;

Na educação, a continuidade dos estudos está diretamente ligada à oferta de ensino no interior do assentamento;

As condições inadequadas de transporte escolar contribuem para os altos índices de evasão e abandono escolar;

A análise de todo PDA realizado neste Assentamento revelou certa fragilidade na obtenção e consistência dos dados, obrigando-nos a fazer um recorte analítico para caracterizar o perfil educacional e produtivo.

6. RECOMENDAÇÕES

A execução dos Planos de Desenvolvimento de Assentamentos deve ser reavaliada para possibilitar maior consistência dos dados e garantir o planejamento das áreas de Assentamentos.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, F.J.B.; COELHO, J.A.P.M.; VASCONCELOS, T.C. As políticas públicas e os projetos de assentamento. *Estudos de Psicologia*, 2004, 9(1), 81-88.

_____. **Psicologia social e formas de vida rural no Brasil**. João Pessoa: UFPB, 2002.

ALBUQUERQUE, M. B.; WANIEZ, D. P.; BRUSTLEIN, V. Atlas dos beneficiários da reforma agrária. *Estudos Avançados*, (11) 31, 1997.

ALVES, M. O. **Agora o Nordeste vai, experiência de desenvolvimento local: o caso do município de Tejuçuoca**, Ceará. 1999. 135 f. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Lavras, 1999.

ANDRADE, M. C. de. **A terra e o homem no Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no nordeste**. 6. Ed. Recife: Editora Universitária – UFPE, 1998. 305p.

ARAÚJO FILHO, A. A. **A cultura algodoeira no Nordeste brasileiro**. Fortaleza: BNB.ETENE, 1990. 66p. (BNB. Estudos Econômicos e Sociais, 48).

BARBOSA, H. C. **O movimento dos sem terra como espaço informacional: análise das práticas informacionais desenvolvidas por coordenadores e líderes**, 1999. Mimeo.

BATISTA, M.S.X. **Movimentos sociais, educação, desenvolvimento sustentável e solidário do campo**. Paraíba: UFPB, 2006.

BUARQUE, S. C. **Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável**. Brasília: INCRA/IICA, 1999.

CALDART, R.S. **Pedagogia do movimento sem terra**. 3ed. São Paulo: Expressão Popular, 2004. 439p.

CFP - CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Os movimentos sociais no campo.** In: Seminário Subjetividade e a Questão Agrária, I, Brasília-DF, 13 a 15 de agosto de 2004. **Relatório...** Conselho Federal de Psicologia (CFP)/Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)/Conselho Indigenista Missionário (CIMI), Brasília-DF, Série Gente da Terra, 2004. 244p.

CINTRÃO, R.P. A reforma agrária e a reconversão produtiva do meio rural. *Agriculturas*, v. 2, n.3, p. 34-36, 2005.

CUNHA, A. R. A. A. **Perfil de compra de produtos básicos em assentamentos rurais: evidências empíricas.** Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2003. 18p

DAVID, M. B. A.; WANIEZ, P.; BRUSTLEIN, V. **Situação social e demográfica dos beneficiários da reforma agrária: um atlas.** Rio de Janeiro: IPEA, 1998. p. 1, 17-19.

DIAS, A. C. Reforma Agrária e educação. *Análise conjuntural*, v. 28, n. 11-12, p.14, nov./dez. 2006.

EHLERS, E.M. **Agricultura Sustentável: origens e perspectivas de um novo paradigma.** 2. ed. Guaíba: Agropecuária, 1999. 157p

GARCIA JR., A. R. **Terra de trabalho.** Trabalho familiar de pequenos produtores. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. 236p.

GUANZIROLI, C. E.; CARDIM, S. E. C. S. **Novo retrato da agricultura familiar: o brasil redescoberto.** Brasília-DF: PCT-IN CRA/FAO, 2000. 76p.

HEREDIA, B. et al. Os impactos regionais da reforma agrária: um estudo sobre áreas selecionadas. *Lusotopie*, 2003, p. 59-90.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Indicadores demográficos e sociais,** 2004. Disponível em:

<<http://dtr2002.saude.gov.br/caadab/indicadores/paraiba/SAO%20JOSE%20DE%20ESPINHARAS.pdf>> Acessado em: 06 jul. 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios**. 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo Demográfico**. Paraíba. Rio de Janeiro: 2000. v. 7. (Recenseamento Geral do Brasil. 2000).

INEP/MEC. **Panorama da educação do campo**. Brasília-DF, 2007. Disponível em: <http://www.inep.gov.br/estudos_pesquisas/edu_campo/default.htm>. Acessado em: 13 jul. 2007.

LIMA, P. J. B. F. Algodão agroecológico: uma experiência no semi-árido cearense. *Agriculturas*, v. 2, n.3, p. 19-22, 2005.

MELGAREJO, L. **Desempenho, eficiência multidimensional e previsão de possibilidade de sucesso em assentamentos de reforma agrária, no Rio Grande do Sul**. Dissertação de Doutorado em Engenharia de Produção, 2000. Universidade Federal de Santa Catarina.

MENEZES, D. **O outro Nordeste: ensaio sobre a evolução social e política do Nordeste da “civilização do couro” e suas implicações históricas nos problemas gerais**. 3.ed. Fortaleza: UFC. Casa de José de Alencar/Programa Editorial, 1995. 208p.

MEC- GRUPO PERMANENTE DE TRABALHO DE EDUCAÇÃO DO CAMPO. **Referências para uma política nacional de educação do campo**. Brasília-DF, 2003. Disponível em: <www.inep.gov.br/download/noticias/2003/texto_seminario20_campo.doc> Acessado em: 13 jul. 2007

MORISSAWA, M. **A história da luta pela terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

OLIVEIRA, E., *et al.* Estrutura anatômica da madeira e qualidade do carvão de *Mimosa tenuiflora* (Willd.) Poir. *Árvore*, Viçosa-MG, v.30, n.2, p.311-318, 2006.

OLIVEIRA, N. **Grupos Mulheres da Terra: abordagem fundamentada no ecofeminismo e na alfabetização ecológica**, 2005.

PACHECO, Maria Emília Lisboa. **Em defesa da agricultura familiar sustentável com igualdade de gênero**. 2000. Mimeo

PEIXOTO, M. O planejamento do desenvolvimento de assentamentos rurais: experiências no estado do rio de janeiro. *Rev. Univ. Rural, sér. ciênc. hum.* v. 24, n. 1-2, 2002, p. 159-172.

PEREIRA, A. A. **Além das cercas: um olhar educativo sobre a reforma agrária**. João Pessoa: Idéia, 2005. 158p.

SAMPAIO, P. A.; G. FILHO, D. P. **A Reforma Agrária como Processo de Construção Nacional**, 1999. Disponível em: <<http://www.dataterra.org.br/Documentos/plinio.htm>>. Acessado em: 10 jul. 2007

SANTOS, A. C. As contradições da economia de mercado: um olhar sobre a renda da agricultura agroecológicas. *Agriculturas*, v.2, n. 3, 2005, p. 7 - 11.

SEBRAE. **Territórios em movimento: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva**. Brasília: Relume Dumará, 2004

SILVA, L. H. **A trajetória do MST na Paraíba**. Paraíba: UFPB, 2000.

SOUZA, R. V. C. C.; SANTANA, F. S.; SENA, M. G. C. **O acesso às inovações nos sistemas da agricultura familiar tradicional e em assentamentos da reforma agrária**, 2005. Disponível em:

<http://www.nead.gov.br/tmp/encontro/cdrom/gt/6/Romulo_Vinicius_C_C_de_Souza.pdf.
Acessado em: 10 jul. 2007.

TARGINO, I.; MOREIRA, E. Êxodo rural na Paraíba: análise do período 1991/96. In: SANTOS, Taís de Freitas. (org.) **Dinâmica populacional das regiões Norte e Nordeste: questões atuais e emergentes**. Recife: FJN, Editora Massangana, 2000. p. 83-105.

TRIGUEIRO, O. M. **O impacto da televisão numa comunidade rural paraibana (Nordeste do Brasil)**. João Pessoa: UFPB, 1999.

TRIGUEIRO, O. M. **Os papéis das redes de comunicação cotidiana nos processo da apropriação da televisão: o caso de São José de Espinharas**. Dissertação de Mestrado em Ciências da Comunicação, 2000. Universidade do Vale do Rio dos Sinos.

VEIGA, J. E. Diretrizes para uma nova política agrícola. In **Reforma Agrária e Desenvolvimento Sustentável**. Brasília: MDA/NEAD, 2002.

WEISSHEIMER, M. A. **Reforma agrária e desenvolvimento rural: a agenda recuperada**. Brasília: Conferência Mundial sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural, 2006.